

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 775.816 - SP (2015/0223702-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FAST-MONEY ASSESSORIA E COBRANCA LTDA - EPP
ADVOGADO : MARCOS TADEU DE SOUZA E OUTRO(S) - SP089710
AGRAVADO : BANCO INDUSVAL SA
ADVOGADO : MAURO CARAMICO E OUTRO(S) - SP111110

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário. Ação declaratória de rescisão contratual c.c. indenização prefixada em cláusula penal julgada parcialmente procedente. Recursos isolados. O da autora veio firme nas teses de que (1) a cláusula penal compensatória visa garantir a indenização do lesado pela inexecução total do ajuste (art. 409, do CC); (2) o valor da multa deve ser calculado de acordo com o “valor médio das operações de crédito”, capaz de recompor os prejuízos morais e materiais do lesado pela quebra abrupta do contrato; e, (3) a cláusula penal deve ser interpretada da forma mais favorável ao aderente do contrato de adesão (art. 423, do CC). O recurso adesivo do réu trouxe as teses de que (1) a autora não faz jus à concessão da benesse da justiça gratuita; (2) nenhuma indenização é devida à autora porque o contrato não foi rescindido pelo e-mail de 17/10/2008 em que comunicou a cessação dos serviços de financiamento de veículos, pois ela poderia prestar serviços de cobrança; e, (3) a verba honorária deve ser majorada. Não acolhimento. Aplicação do art. 252, do RI deste Eg. Tribunal de Justiça. Sentença bem lançada que merece ser mantida por seus próprios fundamentos. Justiça gratuita. Cautela que recomenda a concessão da gratuidade em favor da autora para que prevaleça em sua inteireza o princípio do livre acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), arredando-se qualquer obstáculo que possa arranhá-lo, como o empecilho do pagamento das custas. Resilição unilateral do contrato sem observância do prazo pactuado para a denúncia. Cláusula penal que prevê o pagamento de multa no valor de quatro vezes o valor médio das operações de crédito relativo aos três meses anteriores à data da infração. Cláusula pactuada apenas para o caso de descumprimento do prazo

da denúncia e não para o caso de total ruptura do contrato, pois prevê que sua cobrança será feita sem prejuízo de outros valores devidos a título contratual ou indenizatório Inteligência do art. 416, parágrafo único, do CC. Valor de mais de 6 milhões pretendido pela autora que equivale a oito anos de remuneração como correspondente bancário. Princípio da vedação do enriquecimento indevido. Valor da cominação imposta na cláusula penal que não pode exceder o da obrigação principal (art. 412, do CC). Sucumbência mantida porque fixada em total observância aos critérios do art. 20, § 3º, do CPC Tribunal que não é órgão de consulta Recursos não providos.

É despicienda a discussão sobre a natureza compensatória ou moratória da cláusula penal, pois ainda que fosse devido o valor pretendido pela autora, superior a 6 milhões de reais, ele deveria ser reduzido de ofício por força do disposto no art. 413, do CC, que se aplica às duas modalidades, conforme orientação do Col. STJ.

Alegou-se, no especial, violação do artigo 409 do Código Civil, sob o argumento de que equivocaram-se as instâncias ordinárias ao concluírem que "não se trata de cláusula penal compensatória, tampouco de prefixação de perdas e danos decorrentes da rescisão, mas sim de cláusula penal que se refere à inexecução de uma cláusula especial (artigo 409, do Código Civil), qual seja aquele que prevê a necessidade de aviso prévio de trinta dias, formalizado por escrito" (e-STJ, fls. 425/426), porquanto "limita o alcance deste dispositivo a duas possibilidades de incidência de pena convencional, interpretando a norma como se num caso fosse dado falar exclusivamente em cláusula compensatória e noutro em cláusula moratória, como se duas, repita-se, fossem as situações cogitadas pelo artigo 409" (e-STJ, fl. 426).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, no exame específico da questão devolvida a esta Corte, consignou e concluiu que, "quanto ao valor da indenização prevista na cláusula, resta claro que ela foi pactuada com o objetivo de incidir 'sem prejuízo de outros valores devidos a título contratual ou indenizatório.'

A cláusula em destaque foi estipulada apenas para o descumprimento da notificação prévia, e não para o caso de total ruptura do contrato.

Aliás, é muito cômodo para a autora exigir o pagamento de R\$ 6.136.722,00 (seis milhões, cento e trinta e seis mil e setecentos e vinte e dois reais), sem

Superior Tribunal de Justiça

a mais mínima prova do prejuízo" (e-STJ, fl. 410).

É inequívoco, portanto, que a reforma do acórdão local depende de exame do contrato firmado entre as partes, o que encontra o óbice de que trata o enunciado n. 5 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

